

## **São Pedro de Alcântara: paisagem e rupturas**

Maria Dolores Buss; Luís F. Scheibe, & Sandra M. A. Furtado\*

### **Resumo**

Uma análise ambiental de São Pedro de Alcântara privilegiou as categorias de lugar e paisagem. O resgate histórico dos primeiros momentos da colonização e os levantamentos das atividades hoje desenvolvidas mostram uma relação dos homens com a natureza que conferem ao município características de um lugar tranquilo que em muito lembra o ambiente rural de tempos passados. Esta tranquilidade é rompida quando da ocorrência de eventos naturais, como enchentes associadas a fortes chuvas nas cabeceiras do rio Maruim. A instalação do complexo penitenciário estadual provocou impactos no meio natural, e poderá também causar novas rupturas no modo de vida de todos os habitantes.

**Palavras chave:** análise ambiental; paisagem; São Pedro de Alcântara

### **Abstract**

An environmental analysis of São Pedro de Alcântara gave special attention to the categories of place and landscape. A historical review of the early years of settlement and a survey of activities now undertaken found a relationship of people with nature that make the municipality a peaceful place with characteristics that recall rural environments of times past. This tranquility is broken by natural events such as floods caused by strong rains at the headwaters of the Maruim River. The recent installation of the state penitentiary complex has caused impacts on

---

\* Professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia-UFSC (scheibe@cfh.ufsc.br).

the natural environment and may also cause new disruptions in the way of life of all the inhabitants.

**Key words:** environmental analysis; landscape; São Pedro de Alcântara

## Introdução

O Município de São Pedro de Alcântara foi criado em 1995, a partir da emancipação do distrito de mesmo nome que pertencia a São José, na Região Metropolitana de Florianópolis, e instalado em 1º de janeiro de 1997 (Figura 1). É conhecido por sua população de origem alemã, que guarda ainda fortes traços culturais desses imigrantes, mas também por abrigar o atual Hospital Dermatológico de Santa Catarina, inicialmente instalado com o nome de Colônia Santa Teresa, para internação de pacientes de hanseníase de todo o estado. Atendendo a uma solicitação da prefeitura municipal, uma série de estudos de caráter geográfico, visando tanto um levantamento dos seus aspectos naturais como questões de planejamento urbano e territorial, começaram a ser desenvolvidos pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia<sup>1</sup> do Departamento de Geociências da UFSC.

A partir dos dados levantados através da disciplina de Análise Ambiental, e de entrevistas realizadas com moradores em janeiro de 1999<sup>2</sup>, procurou-se caracterizar o espaço do município privilegiando a abordagem cultural que, segundo Corrêa (1995) tem a categoria *lugar* como conceito chave, adquirindo o significado de espaço vivido sendo a paisagem como uma de suas matrizes de análise. Neste sentido geográfico vale lembrar as palavras de Paul Claval (1999):

---

<sup>1</sup> Este projeto teve contribuição das disciplinas "Análise da Qualidade Ambiental" e "Planejamento Regional e Urbano", ministradas no PPGGEO da UFSC no ano de 1998.

<sup>2</sup> Além dos autores, participaram das entrevistas Luiz O. Cabral, Heloisa P. Pôssas e Maria de Jesus Moraes, alunos do Pós-Graduação em Geografia da UFSC.

Figura 1

*“As paisagens constituem um objeto de estudo fascinante para aqueles que se interessam pela geografia cultural, mas a sua interpretação nunca é fácil: falam dos homens que a modelam e que as habitam atualmente, e daqueles que lhes precederam; informam sobre as necessidades e os sonhos de hoje, e sobre aqueles de um passado muitas vezes difícil de datar” (1999: 15)*

### **Alguns antecedentes da implantação**

Para entender as razões que nortearam a implantação, em 1829, desta primeira colônia alemã em Santa Catarina, em um local tido por muitos autores como isolado e não apropriado, é necessário um breve resgate histórico.

A colônia de São Pedro de Alcântara, situada no alto vale do Rio Maruim, fazia parte de um projeto estratégico de povoamento do interior da capitania ao longo do caminho das tropas que ligava a vila Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, ao planalto (Jochen,1992).

Outros caminhos de tropas de mulas e cavalos que partiam do sul e se destinavam para Sorocaba, para serem comercializados principalmente para a mineração do ouro e mais tarde para as plantações de café, também passavam pelo local onde seria fundada Lages.

Para estabelecer um caminho que conectasse esta estratégica área do planalto com a Vila de Desterro, em janeiro de 1787, o alferes Antonio José da Costa partiu de São José, abrindo uma picada ao longo do Rio Maruim por cerca de 15 km, desviou pelo alto dos morros Santa Filomena e São João, conforme descrição de Werner (1999), e seguiu em direção ao planalto até, sete meses depois, alcançar o Rio Canoas. Este novo caminho é inaugurado pelo próprio alferes e por Antonio Marques Arzão, trazendo de Lages para o Desterro, em dezembro de 1790, 100 rezes e mulas de carga (Jochen, 1992).

Em 1793, um projeto para localização de duas colônias com fins militares ao longo deste caminho, foi elaborado pelo Governador da Província.

Seguiu-se um período de relativa prosperidade da capitania, culminando com a anexação de Lages ao território catarinense em 1820.

Por outro lado, na Alemanha, a industrialização estava iniciando nas primeiras décadas do século XIX provocava uma urbanização acelerada, desemprego e ruína do pequeno artesanato, bem como nas áreas rurais a excessiva divisão entre os herdeiros da terra disponível para a agricultura tornava difícil a sobrevivência das famílias numerosas, favorecendo assim um processo migratório.

Os primeiros imigrantes alemães para o sul do Brasil, acompanhavam os soldados contratados pelo império e, enquanto estes permaneciam nos quartéis do Rio de Janeiro, os colonos eram destinados a São Leopoldo, fundada em 1824 no Rio Grande do Sul.

Para Santa Catarina, conforme relata Klug (1999), os primeiros colonos alemães foram provenientes da região de Hunsrück, situada no triângulo montanhoso formado pelos rios Reno e Mosela, no oeste da Alemanha (Klug, 1999). No recrutamento havia promessas do governo brasileiro de fornecimento de utensílios agrícolas, provisões, subsídios e terras na Província do Rio Grande do Sul. Entretanto, de acordo com Philippi (1995), ao embarcarem, receberam a notícia de que não iriam para a Colônia de São Leopoldo, mas nas suas imediações. Em realidade estes imigrantes deveriam se estabelecer em duas colônias, no caminho aberto em direção a Lages.

### **A implantação da colônia**

A viagem de 523 colonos, todos católicos, comendo 146 famílias, começou em Bremen, e até o porto do Rio de Janeiro, durou de junho a outubro de 1828 a bordo do veleiro alemão Johana Jacobs (Cardoso, 1991). No dia 28 de outubro foram

embarcados no Rio de Janeiro com destino a Santa Catarina; a este grupo se juntaram 112 ex-soldados, oriundos dos batalhões estrangeiros dissolvidos como decorrência da cessação dos conflitos em torno da independência brasileira e término da guerra cisplatina, conforme assinala Klug (1991). O brigue Luiza com 276 pessoas, chegou ao porto de Desterro em 7 de novembro de 1828, enquanto o bergantim Marquez de Viana, com 359 pessoas aportou cinco dias após.

Em fevereiro de 1829, o Major Silvestre José dos Passos foi encarregado como diretor da colônia e, em fins do mesmo mês é levantada uma palhoça no Ribeirão Planxão para abrigar os colonos, enquanto outros permaneciam em São José, aprendendo a cultivar cana, mandioca, feijão e milho, e a fabricar aguardente e farinha de mandioca. Somente a 9 de julho é que, segundo Philippi (1995), foram iniciadas as entregas dos lotes. Da idéia inicial de implantação de duas colônias, a de São Pedro de Alcântara foi a única a ter sido concretizada.

Em 29 de novembro de 1829 assumiu o novo Diretor da Colônia, o alemão Johann Heinrich Söchting, que, após os temporais de 15 de abril de 1830 e 18 de novembro de 1831, reiterou pedidos anteriores de auxílio financeiro.

Das 146 famílias que chegaram a Santa Catarina para formar a colônia, 14 ficaram em Desterro e seus arrabaldes, sendo demarcados em São Pedro de Alcântara 132 lotes, cada um com 50 a 100 braças de frente, de acordo com o número de pessoas de cada família, e 750 braças de fundo. Os lotes tinham sua frente para a estrada das tropas para Lages, cujo traçado seguia o divisor de águas da Serra de Santa Filomena. A metade sul dos lotes dava para o vale do Rio Maruim e a outra metade para o do Rio Biguaçu. “Como no alto existisse pouca água e o solo se apresentasse bastante pobre, quase todos os que receberam terra ao sul passaram a se estabelecer nas zonas mais baixas, próximas às margens do Rio Maruim”.(Phillipi, 1995:43) Ainda conforme este autor, os terrenos do lado norte eram secos, pedregosos e muito acidentados, o que ocasionou a saída dos colonos.

Onze famílias saíram de São Pedro de Alcântara em 1836 e foram se estabelecer na planície do Rio Cubatão, acima de Caldas do Sul, atual Santo Amaro da Imperatriz, dando início à colônia de Vargem Grande.

Novas picadas e caminhos foram sendo abertos na colônia de São Pedro de Alcântara. Foram surgindo ao redor das capelas as localidades de Santa Filomena, Santa Bárbara e São Pedro Apóstolo, no Louro.

As culturas – milho, feijão, batata, verduras, trigo, mandioca, cana-de-açúcar e linho - eram negociadas em Praia Comprida, São José e no Desterro. No começo os colonos carregavam os produtos nas costas, depois de algum tempo houve melhoras, dando para comprar animais de carga, cavalos e mulas, para ir até São José (Clasen, 1995). Somente em 1910, como acentua o autor acima, é que começaram a trafegar carroças.

Em 13 de abril de 1844, São Pedro de Alcântara é elevada à categoria de Freguesia, ligada à Vila de São José. Em outubro de 1845 foi criada a paróquia, que contava à época com 145 famílias teutas, aproximadamente 700 pessoas e mais 50 famílias brasileiras que moravam a leste da colônia e que passaram a fazer parte da Freguesia; somente a partir de 1850 é que a paróquia passaria a contar com vigário (Schmimitt, 1999).

Com a vinda do imperador D. Pedro II a Santa Catarina, em 1845, houve melhorias no caminho que seguia o Rio Cubatão até Caldas do Sul, deixando a acidentada variante São Pedro de Alcântara-Angelina bem menos utilizada, como acentua Jochen (1992).

Avé-Lallemant (1858) ao visitar a Colônia de São Pedro de Alcântara, embora saliente a relativa prosperidade que esta havia atingido, ressalta a inexistência de sacerdote, mestre-escola e médico, e os problemas decorrentes desta situação.

A primeira escola pública foi criada em março de 1861, e alguns anos mais tarde o professor Schitzler fundou um estabelecimento de ensino, com internato e externato, próximo à capela de Santa Filomena.

Notícias do *Kolonie Zeitung* (apud Philippi, 1995) de maio de 1866 dizem que o povoado contava então com uma escola católica e uma casa a serviço da delegacia policial, três vendas e três armazéns de utensílios diversos; o artigo menciona ainda que os colonos viviam sem penúria, quase todos com sua atafona, engenho de açúcar e alambique, com os produtos sendo transportados em lombo de mulas e cavalos até Desterro.

Menção a brasileiros em São Pedro de Alcântara ocorre no depoimento de Tchudi (1861 apud Piazza, 1999) que narra a presença de aproximadamente 2.000 colonos antigos e seus descendentes e brasileiros nativos que lá se estabeleceram.

Para as comemorações do Centenário da localidade, em 1922 se iniciou a construção da nova igreja matriz, localizada em uma colina, podendo ser visualizada facilmente de todos os acessos e que é o símbolo que melhor retrata São Pedro de Alcântara. (Foto 1).

Desde aquela época até sua emancipação, São Pedro de Alcântara, diferentemente de outras localidades de colonização germânica em Santa Catarina, se mantém como um lugar pequeno, que ainda muito relembra sua paisagem inicial.

### **A paisagem de São Pedro de Alcântara**

A população de São Pedro de Alcântara, de acordo com os dados demográficos do IBGE para o ano de 1991, era de 5.022 pessoas, com 90% na área rural; as maiores concentrações ocorrem nas localidades de São Pedro de Alcântara, Boa Parada e Santa Teresa. Estas últimas comunidades se encontram ao longo da estrada que dá acesso à área do atual Distrito Sede do Município e que a grosso modo acompanha o curso do Rio Maruim. Estas três localidades representam apenas 2,6% da área total do município no mapa de uso do solo, que foi elaborado através do tratamento de imagens dos satélites LANDSAT 7 e SPOT, colhidas no ano de 1995.





**Foto 1** – Ao se referirem aos símbolos de São Pedro de Alcântara, a monumental Igreja Matriz é sempre citada em primeiro lugar pelos moradores

Nos últimos 20 anos, a população vem se mantendo aproximadamente constante, tanto no total como na proporcionalidade entre a urbana e a rural, conforme dados censitários do IBGE; em 1996 houve uma diminuição da população total, uma vez que com a emancipação de São Pedro de Alcântara, a localidade de Colônia Santana, onde se situa o Hospital Psiquiátrico São José, até então parte do distrito, foi anexada ao município de São José.

De forma alongada no sentido leste-oeste, o município tem no Rio Maruim um importante componente da paisagem, que drena toda a parte norte. A parte sul, é drenada pelos rios Forquilha e Matias, da bacia do Rio Cubatão.

O Rio Maruim, que se caracteriza por sua pequena extensão, tem suas nascentes dentro do perímetro municipal e, de seus 45 km de comprimento total 33 estão dentro de São Pedro de Alcântara e o restante no município de São José. Este rio apresenta um perfil longitudinal com grande desnível, com suas nascentes a 750 m de altitude, nos terrenos das “Serras do Leste Catarinense”, e a planície aluvial na divisa com o município de São José a partir dos 100 m de altitude. A sede do município dista apenas 12 km das nascentes do rio e tem a cota altimétrica da planície aluvial em torno de 180 m. Os afluentes têm pequena extensão, com o maior deles apresentando 3 km. Dos interflúvios para os cursos d’água ocorrem grandes desníveis, variando de 100 a 200 m/km. As nascentes se caracterizam como grotões, e os vales são em forma de V com vertentes de declividades acentuadas, predominando aquelas em torno dos 25°, de conformação côncavo-convexa, com cicatrizes de erosão.

Estes rios a oeste drenam solos derivados de rochas de composição granítica a diorítica, metamorfozadas, por vezes migmatíticas. A leste ocorre os granitóides Santa Filomena, Alto Varginha e São Pedro de Alcântara, conforme assinala Ferreira (1994).

O intemperismo que se desenvolve sobre estas rochas antigas gera espessos mantos de alteração, muito suscetíveis a

processos de erosão quando associados a altas declividades e episódios pluviométricos intensos. Sedimentos aluvionares preenchem de forma descontínua os fundos dos vales, sobressaindo em quantidade aqueles no Rio Forquilha. Em muitos dos locais pode-se constatar o entulhamento dos canais com seixos, matacões e até blocos, provenientes de movimentos de massa (“debris flows”).

O modelado do relevo é de dissecação, com formas montanhosas, predominante nos limites das bacias, formando, por vezes, cristas e serras. No restante da área dominam as formas de colinas e morrarias com topos arredondados (Costa, Buss e Rosa, 1982). Como decorrência do relevo associado à litologia, os solos de modo geral, apresentam aptidão com restrições para culturas anuais e fruticultura; nas manchas de sedimentos originadas pela deposição ao longo dos cursos de drenagem, devido à matéria orgânica presente, a aptidão é regular para culturas anuais adaptadas ao clima. Como consequência, apenas 29% da área do município é destinada à agricultura e pastagens. A maior parte da terra agricultável está no vale do Rio Forquilha, local em que predominam os depósitos de sedimentos aluvionares.

De acordo com reportagem veiculada em jornal da capital (Diário Catarinense de 11/09/00) existem em São Pedro de Alcântara 150 produtores de hortaliças e 65 fruticultores. A batata é o cultivo que mais ocupa área, com 70 ha, seguida da couve-flor e da batata-doce, ambas com 50 ha cada; o tomate é a produção que mais registra crescimento, com 35 ha plantados. A fruticultura do município é em geral acompanhada da olericultura e se destaca na produção de banana (30 ha) e bergamota (15 ha). Na localidade de Forquilhas, principal região de hortaliças no município, existem 53 famílias que produzem também pêssego, ameixa, uva e bergamota.

Embora a horticultura esteja em expansão nos últimos anos, houve uma diminuição da área ocupada pela atividade agropecuária no município, conforme o estudo de fotografias aéreas referentes aos anos de 1957, 1978 e 1989. Como

conseqüência deste abandono, houve recuperação da vegetação de mata que, segundo, ocupava em 1995 68,5% da área total do município, conforme a interpretação das imagens de satélite. Esta regeneração da cobertura florestal é favorecida pelas condicionantes climáticas, como temperaturas elevadas e altos índices pluviométricos, permitindo que em um tempo relativamente curto, como poucas dezenas de anos, as áreas abandonadas sejam recobertas por capoeiras e capoeirões, e atingem até estágios de mata nativa secundária.

Os moradores de São Pedro de Alcântara descrevem, não sem saudade, como a área era anteriormente ocupada. O Sr. Valmor, relembra: *“Há uns 25, 30 anos era tudo roça, hoje é tudo abandonado... as casas antigas, tudo abandonado”*.

A diminuição das atividades agropecuárias não significa que ocorreu em São Pedro de Alcântara um êxodo rural acentuado, como constatado em tantos outros lugares; associa-se, isto sim, a uma permanência na área rural como local de moradia, conforme revelam os dados censitários. Entretanto, quer seja na área rural como nas urbanizadas, são encontradas edificações abandonadas, das quais muitas se caracterizam por um estilo teuto-brasileiro decorrente do sincretismo cultural entre os imigrantes e a população luso-brasileira. Este é o caso da Vila Santa Filomena, que já foi um entreposto ativo no início do século. Neste local está a casa dos Kretzer, que apresenta grande volume de telhados com inclinações acentuadas, utilização de sótão, vãos e ritmos de fachadas, característicos deste estilo; construída em 1920, se encontra hoje em completo abandono pelo atual proprietário.

O patrimônio histórico representa um potencial que pode ser explorado, associado com o resgate das tradições, principalmente considerando a proximidade do município com a capital do Estado. Por outro lado, uma parte da população se ressentiu se ressentiu pela presença da Colônia Santa Tereza, cujo caráter de “leprosário” foi por muitos anos uma marca desagradável para o local; agrega-se a isto a existência de um de um incinerador de lixo hospitalar que, não tendo sido posto em

funcionamento, foi substituído por um aterro que recebeu, durante muitos anos, todos os resíduos sólidos dos serviços de saúde da região de Florianópolis. Este aterro foi finalmente fechado, em novembro de 1997, no contexto de uma polêmica maior, sobre a construção, junto ao mesmo, do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis.

Para identificar a percepção dos moradores a respeito da qualidade ambiental de São Pedro de Alcântara, foram, em novembro de 1998, aplicados 300 questionários para um total de 3.634 residentes; estes obedeceram, grosso modo, à proporcionalidade em termos de distribuição espacial dos moradores (39% em Santa Teresa, 32% em São Pedro de Alcântara, 10% em Boa Parada e 19% no restante da área), o que permite um grau de confiabilidade de 94%<sup>3</sup>.

Embora predominem amplamente habitantes em áreas tidas como rurais, apenas 10% se autodefinem como agricultores, o que corrobora a interpretação do mapa de uso do solo, com predomínio de áreas com mata em regeneração.

O setor de serviços emprega 28% dos entrevistados, principalmente no Hospital Dermatológico, em Santa Teresa, no Hospital Psiquiátrico Colônia Santana, no vizinho município de São José, e também na Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara. Apesar do pequeno percentual (3%) empregado em indústrias, a maior parte da população (55%) acredita que a geração de empregos deve provir deste setor.

O símbolo que melhor retrata a cidade, para 47% dos entrevistados, é a igreja matriz, construída para o centenário da imigração em 1929 e restaurada para os festejos do sesquicentenário. Situada no cimo de um outeiro, no centro da cidade, e também pelas suas dimensões, contrastantes com o restante das edificações urbanas, sua presença se impõe na paisagem local; o seu interior, com teto em abóbada, possui um altar doado pela igreja católica alemã.

---

<sup>3</sup> A parte estatística contou com a colaboração do Eng. Névio A. Carvalho.

Embora, nas respostas ao questionário, apenas 3% dos entrevistados mencionem o turismo como uma possibilidade concreta de fonte de renda para a comunidade, a prefeitura, os proprietários de um hotel-fazenda e outros órgãos incentivam o turismo, o que se expressa também através da reativação da língua alemã, de grupos folclóricos, das comidas típicas, das festas religiosas e da comercialização de produtos coloniais, incluindo a cachaça, com o município possuindo 51 engenhos e colocando-se como “o principal produtor artesanal de cachaça em Santa Catarina”. Esta bebida, que no passado representou no passado a principal fonte de renda para grande parte da comunidade, assim como outros produtos coloniais já contam com a criação de um selo que busca agregar valores através da identificação da origem.

Outro aspecto, referido em 29% dos questionários, é o fato deste ser um lugar tranquilo, de natureza agradável. Estas características fazem com que 67% dos entrevistados justifiquem seu gosto por morar no município, sobressaindo a tranquilidade do lugar com 56%. Este também é um atrativo para as pessoas que se dirigem para São Pedro de Alcântara nos feriados e finais de semana, como proprietários de sítios ou hóspedes no hotel fazenda local.

### **Quando a tranquilidade é rompida**

Desde a implantação da Colônia de São Pedro de Alcântara que as enchentes são registradas; em 11 de fevereiro de 1829 uma parte dos colonos teve que permanecer por dezessete dias em São José porque a várzea do Rio Maruim estava inundada (Piazza,1999).

Em 1917 a localidade de São Pedro de Alcântara ficou isolada por mais de um mês, em virtude das fortes chuvas que caíram de 25 para 26 de janeiro (Kolonie Zeitung, 1917, apud Philippi, 1995). Outras enchentes foram registradas em 1935, 1948, 1960, dezembro de 1974, 24 de dezembro de 1995, 27 de janeiro de 1997 e 11 de dezembro de 1998.

A enchente de 1935 é vista como um marco para os moradores de Santa Filomena, localizada no alto vale do Rio Maruim: "...*pelo que meu sogro falava , em 1935 a água chegou nesta altura...*"

Por outro lado, as enchentes subseqüentes parecem não ter ficado na lembrança das pessoas entrevistadas que, como D. Nair, moradora no Distrito Sede, assim se refere: "*Eu moro aqui há 35 anos, só entrou água na minha casa desta vez e da vez passada.*"

Já em Santa Teresa, no baixo vale, os episódios de 1995, 1997 e 1998 são muito lembrados pelos moradores. D. Teresa assim se refere: "...*nestes sete anos que nós estamos aqui deu três enchentes: a primeira chegou em baixo da calçada; a segunda chegou no degrau, entra ou não entra, mas não entrou; esta (última), pensei que não entrava, mas entrou um metro dentro de casa*".

Em Boa Parada, localizada um pouco mais à montante, o Sr. José Pauli, com 73 anos, se expressa: "...*não é fácil a gente se sentir assim com esta idade...em questão de três anos deu três enchentes...uma enchente deu 40 centímetros dentro de casa, outra de quase um metro, e esta, deu um metro e setenta...*"

De uma forma geral, os moradores lastimam as ocorrências embora salientem que o fenômeno é normal, correlacionando-o com as chuvas intensas de verão e com a forma da bacia do Rio Maruim.

Devido às características do clima, na boeda leste de Santa Catarina as chuvas ocorrem em maiores quantidades no trimestre dezembro/ janeiro/ fevereiro. São principalmente decorrentes da atuação da massa equatorial continental, através das assintotas de convergência, que conforme acentuam Monteiro e Furtado (1995), representam grandes cavados de direção NW-SE, desde a Amazônia Ocidental até Santa Catarina, ocasionando nebulosidade possante, acompanhada de trovoadas e fortes ventos; mesmo de caráter passageiro, estas intensas precipitações que ocorrem via de regra entre as 14 e 17 horas determinam os altos índices pluviométricos verificados no verão para a região costeira do

estado. Estas precipitações tendem a ser mais intensas nas cabeceiras de drenagem, e ocasionam muitas vezes enchentes expressivas. O setor em que se encontra São Pedro de Alcântara, na borda leste da unidade geomorfológica Serras do Leste Catarinense, é favorável a volumes maiores de precipitação.

Nas palavras de D. Nair, moradora em São Pedro de Alcântara:

*“...a evaporação aqui é muita, tem muita floresta...e o mar também traz muita água para cá, vocês sabem, né? A lestadá. E aqui em cima é que vai despejar tudo. E aqui é um canal. E é um rio muito pequeno, e é tudo morro.”*

O Sr. Waldemar, morador no alto vale salienta que:

*“Aguaceiro que dá aqui é normal. Dá mais para a época do verão, no inverno praticamente não dá...desta vez começou a chover de levezinho todo o dia, quando foi de noite é que pau e pau, pau e corda...foi até o raiar do dia.”*

Sr. Josino Clasen, morador em São Pedro de Alcântara acrescenta:

*“Tromba d’água que deu nas cabeceiras, aonde é a nascente desse nosso rio aqui, - dá uns 18 km daqui – vem um corregozinho pequenininho apanhando as águas de todos os cantos... o nosso rio agora até que tá com bastante água, mas se der um mês de estiagem, você pode ver, é um riachozinho pequeno, não é que nem o rio de Santo Amaro... mas se forma uma bacia...”*

Sempre se referindo à enchente de 1998, os moradores de Santa Teresa e Boa Parada recordam que: *“Aqui chovia fininho que eu pensei: que noite mais gostosa para dormir”*. Embora tivessem sido avisados pelos moradores do alto vale, muitos não acreditavam que pudesse haver uma enchente de proporções muito grandes.

*“Às quatro horas da manhã o telefone toca e era uma colega minha, que trabalha também no hospital,*



*dizendo que tinham ligado de Santa Filomena, avisando que ia dar uma enchente muito grande e que o povo se prevenisse... ninguém aqui de Boa Parada acreditava que seria uma verdade... a gente se levantava, ia olhar o rio e não acreditava. Às seis horas começou a encher o rio e não deu meia hora para estar um metro e vinte dentro de casa”, conforme relembra D. Irma Cremoli.*

O Sr. José Pauli, também de Boa Parada acrescenta:

*“A gente tava alertado, mas ela chegou acima do esperado, nessa altura não tem mais nada que defenda e agüente”.*

Este sentimento de impotência, também é manifestado nas palavras do Sr. Josino Clasen: *“Não podemos cercar o que a natureza manda, né? Vento e enchente não dá para segurar...”*

Neste evento de 1998 foram registradas também ocorrências de deslizamentos nas vertentes, deslocamento de blocos na calha do rio, e erosão lateral das margens; no alto curso do Rio Maruim o nível atingiu cerca de 2 metros acima do leito menor, enquanto que nos trechos mais a jusante, alcançou os 5 metros, permanecendo por um período médio de duas horas (ZABOT,1999). Pelo fato dos núcleos urbanos de São Pedro de Alcântara, Boa Parada e Santa Teresa estarem situados na planície aluvial, cerca de 500 pessoas ficaram desalojadas nesta enchente, sendo decretado pela Defesa Civil, estado de calamidade pública.

Conforme salienta ZABOT (1999) a retificação dos meandros e a ausência de mata ciliar nos trechos urbanizados favorecem o escoamento da água, mas diminuem o efeito de amortecimento da onda de enchente.

A rapidez com que a água baixou também é referida pelos entrevistados tanto do Distrito Sede, como de Boa Parada e de Santa Teresa.

O Sr Josino, morador de São Pedro descreve: *“Às oito e meia, nove horas começou a descer. Desceu rápido: é que tem muita queda no rio daqui para baixo”.* Já em Santa Teresa,

localizada mais à juzante, conforme relembra D. Maria Salete: “Das dez em diante as águas começaram a baixar...”. E, “...para baixar foi rápido: uma hora mais ou menos...” conforme relembra o Sr. José Pauli.

Questionadas a respeito das modificações no canal do rio, as pessoas divergem quanto ao seu efeito sobre as enchentes.

Maria Salete proprietária de um bar em Santa Teresa, comenta:

*“Tem pontos do rio que pode ser, tem como minimizar, que a água escorra com mais rapidez... Em São Pedro de Alcântara, tem pontos ali, que tem como fazer uma dragagem no rio, para ver se a água não chega a atingir tanta extensão nas laterais... por exemplo depois do colégio, tem a ponte, e pega aquela extensão de pasto... o rio tem tanta curva, é uma loucura. O rio chega de repente não tem mais escoamento, vai fazendo curva de um jeito e de outro e têm lugares que parece até que ele vai subir, tem uma volta tão grande... como é que o rio vai ter queda... ali tornou-se um mar de tanta água, sempre quando há enchente ali alaga tudo. Tem lugares ali que a gente percebe ... mas eles dizem que não é bom mexer porque pode prejudicar mais para baixo. Mas na minha opinião acho que tem alguns pontos que podia cortar algumas curvas que o rio tem, que não ia prejudicar ninguém, não ia alagar tanto as partes de cima.”* Assim se expressa D. Maria Salete.

Da mesma forma D. Júlia, moradora há 20 anos em São Pedro de Alcântara assim se refere: “Tem muitas curvas no rio, se fosse reto descia mais rápido... não represava tanta sujeira... tinha que tirar as curvas.”

Alguns correlacionam o nível atingido pela enchente com os trabalhos realizados: “Se não tivesse feito a limpeza no rio e um canal novo no rio, ia passar de três metros de água.”

Por outro lado, existem pessoas como o Sr. Walter, morador em Boa Parada, que é contrário às

modificações no rio: *“Inclusive o que eles querem fazer aí - detonar pedra-, pedra de rio não se tira, não vão conseguir tirar pedra do desvio, querem abrir mais a cabeceira ali. Se abrir a cabeceira o coitado lá de baixo vai...O que foi feito lá em Blumenau? Essas represinhas controlariam muito bem, e a gente sabe que existe verba mundial para isso. Em Santa Filomena era só desapropriar duas casas, fazia um dique destes que podia chover o mês inteiro.”*

O Senhor José, morador em Santa Teresa, conclui que: *“As pessoas botaram as casas no lugar que a água passa...ela passa mesmo...é o lugar da água passar.”*

Da mesma forma outro senhor em Santa Filomena acredita que:

*“Tromba d’água. É natural. Enchente existia antigamente, não só hoje. Só que antigamente não tinha comunicação, não tinha rádio, não tinha televisão. O povo não morava tanto na beira do rio.”*

### **E a penitenciária: outras rupturas?**

Além dos sobressaltos relacionados às enchentes, uma parte da população de São Pedro de Alcântara vivenciava, em 1998, um intenso debate social, relativo à implantação no município de uma nova Penitenciária Estadual, o “Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis”.

Muitas informações sobre o assunto constam dos autos da Ação Civil Pública n. 97.04.34218-7, na 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Santa Catarina, Circunscrição de Florianópolis, interposta inicialmente pelo Ministério Público Federal (MPF) de Florianópolis e Pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - contra o Estado de Santa Catarina e a Fundação do Meio Ambiente - FATMA, para impedir a implantação do referido Complexo Penitenciário em terreno do Estado, ou seja, junto à Colônia Santa Teresa, onde já se

situavam o Hospital Dermatológico e o “lixão hospitalar” (BRASIL, 1997).

Como exemplo dos argumentos contrários à instalação, podem ser citados excertos do depoimento prestado pelo Vereador Roberto Stähelin ao MPF, em 11 de abril de 1997. Perguntado sobre os problemas apontados para a não construção do complexo em São Pedro de Alcântara, respondeu:

*“... em relação ao meio antrópico, entendemos que o empreendimento vai causar um grande impacto social negativo e degradante, pois a comunidade é eminentemente rural, de índole ordeira e pacífica, que não está preparada para conviver em um ambiente social degradante que se instalará em volta do Complexo. Além disso, há o aspecto ambiental, uma vez que o local escolhido é parte de uma microbacia hidrográfica inserida no sistema da Mata Atlântica ... já derrubada criminosamente. ... Não se pode reduzir a questão tão somente à área derrubada, pois o Complexo Penitenciário provocará degradação progressiva em seu entorno. ... Há também o agravante de que a obra está sendo projetada ao lado do lixo hospitalar da Grande Florianópolis, que conforme projeto de corte do terreno percebe-se que inclusive irá aproveitar parte do aterro sanitário já em recuperação ambiental para o aterro da obra, não se levando em conta os seríssimos riscos de contaminação a que os próprios presidiários estão sujeitos...” (STÄHELIN, 1997, fls 316-317).*

Outros habitantes do local, entre eles o Prefeito Municipal e diversos comerciantes, manifestaram-se contudo favoravelmente à implantação do Complexo, havendo a FATMA concedido, inicialmente, uma Licença Ambiental Prévia, e posteriormente, a Licença Ambiental de Instalação. O IBAMA, que inicialmente entrou na ação juntamente com o MPF contra o Governo do Estado e a FATMA, após interferência direta da direção nacional, em

Brasília, e mudança na representação em Santa Catarina, passou a apoiar a construção e retirou-se da ação.

Após liminares de parte a parte, suspendendo e permitindo a retomada das obras, foi deferida a produção de prova pericial e testemunhal, fixando

*“... como pontos controvertidos da demanda, a legalidade do licenciamento ambiental da obra impugnada e a inadequação da área destinada à sua instalação, neles incluídas, sobretudo, dentre outros aspectos, a classificação da Mata Atlântica encontrada no local e a eficácia dos projetos de recuperação da área que serve de depósito de lixo hospitalar e de drenagem apresentados pelo Estado e aprovados pela FATMA, para desintoxicação da área e prevenção de enchentes, respectivamente”* (BRASIL, 1997, fls. 1602).

Com a obra em andamento, os trabalhos de perícia foram realizados, sendo respondidos mais de meia centena de quesitos apresentados pelas diversas partes do processo. A seguir, um resumo das principais conclusões apresentadas no Laudo elaborado pelos peritos designados pelo Juizado da 4ª Vara Federal<sup>4</sup>, tendo em vista os pontos acima elencados e outras questões por eles consideradas relevantes:

Quanto à vegetação,

*“os elementos ... levam a concluir que havia vegetação nativa de maior porte (estágio médio a avançado de regeneração) em parte da área desmatada”* (BRASIL, 1997<sup>5</sup>)

Quanto ao lixo hospitalar,

---

<sup>4</sup> Alexander Christian Vibrans, Engº Florestal; Carlos Etor Averbeck, Engº Civil; Paulo José Aragão, Engº Sanitarista; e Luiz Fernando Scheibe, Geólogo.

<sup>5</sup> Estas e as demais citações foram extraídas do Laudo Pericial que consta do processo.

*“o projeto de recuperação ambiental apresentado trouxe a preocupação quanto aos aspectos de drenagem das águas pluviais, dos líquidos percolados (chorume) e de recomposição da cobertura vegetal, deixando de detalhar a coleta e o tratamento de gases provenientes do processo de decomposição do lixo. (...) Porém, o que consideramos mais preocupante é o fato de ter-se iniciado as obras de recuperação do lixo hospitalar, sem que a solução para o tratamento dos líquidos percolados (chorume) estivesse definida ... É imperioso que sejam tomadas medidas emergenciais no sentido de evitar que os líquidos percolados, que estão sendo drenados do lixo, atinjam o Rio Maruim, pois se isto ocorrer, teremos uma grande possibilidade de ocorrência de um desastre ecológico neste corpo receptor, com conseqüências imprevisíveis do ponto de vista do meio ambiente” (BRASIL, 1997).*

Quanto ao sistema de tratamento de efluentes, o projeto proposto *“a princípio é um sistema compatível com o grau de tratamento exigido pela classe do Rio Maruim, porém verificamos que o projeto apresentado no processo de licenciamento não possui as condições de atendimento mínimo recomendadas pela NB-570/90, bem como pelo Memorial de Licença Ambiental de Instalação da FATMA” (BRASIL, 1997).*

Quanto às obras de terraplenagem, observam os peritos que *“O terreno definido pelo Estado para a implantação do complexo penitenciário apresenta como características naturais uma topografia acidentada, áreas cobertas por mata atlântica e presença de cursos d'água. Assim, torna-se necessário criar uma ampla plataforma artificial, mediante uma grande obra de terraplenagem, com cortes e aterros de grande porte, com impacto significativo no custo da obra. A escolha da área para a implantação do complexo penitenciário não foi*

*precedida de suficientes estudos técnicos, que pudessem identificar a problemática hoje existente. (...) As recomendações apresentadas nos projetos executivos, nas licenças ambientais e nos pareceres técnicos devem efetivamente ser observadas, cabendo ao Estado o importante papel da fiscalização” (BRASIL, 1997).*

Quanto à bacia hidrográfica, concluem:

*“A invasão, pelo aterro e depósito de solos, da planície de inundação do Rio Maruim nos períodos de enchentes, levará a uma compensação, com inundação de outros locais. Como a área ocupada pelo depósito de solos orgânicos e solos moles e pelo aterro é pequena, quando confrontada com toda a área de expansão do rio, as conseqüências deverão ser de pequena ordem. Fica, no entanto, a recomendação para imediatos estudos específicos da previsão do comportamento da bacia após a conclusão do complexo, pois o Projeto de Prevenção de Enchentes não considerou os depósitos de solos na planície baixa. A retificação do córrego e modificação de sua seção, aprovada pela FATMA, deve ser analisada a luz da Legislação Ambiental. Estudos sobre a previsão de comportamento do córrego após a obra e após a conclusão do complexo penitenciário não foram apresentados e são necessários. A cota de implantação do empreendimento, 8,5 m acima da planície, evitará que as águas de enchentes atinjam a edificação” (BRASIL, 1997).*

Em função dessas conclusões e recomendações, diversas providências foram adotadas pelo Estado e pela FATMA, visando a remediação (onde possível) e a prevenção dos problemas apresentados. A obra teve a sua continuidade, apesar dos percalços, e encontra-se atualmente (out/2001) com as obras civis em grande parte concluídas.

Embora a mobilização, que envolveu apenas uma pequena parte da comunidade, não tenha logrado seu objetivo principal de evitar a instalação do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis junto à Colônia Santa Teresa, no município de São Pedro de Alcântara, sua atuação em conjunto com o MPF serviu para apontar inúmeras falhas de projeto e problemas durante a implementação da obra, exigindo um melhor acompanhamento e fiscalização por parte do Estado. Algumas das questões levantadas estão ainda sem resposta, e o processo em seu conjunto demonstra claramente a necessidade de que os estudos de impacto ambiental de obras desta natureza sejam realizados e debatidos intensamente antes do início de sua implementação. Somente assim poderá ser levada suficientemente em consideração a hipótese, necessariamente presente nestes estudos, de não realização da obra, se as condições ambientais assim o indicarem, como provavelmente teria acontecido neste caso, tal a magnitude dos problemas enfrentados, levando ao desperdício de recursos públicos e ao atraso na conclusão de um equipamento reclamado por grande parte da sociedade civil.

Além dos impactos no meio natural a instalação da penitenciária poderá também causar rupturas profundas no modo de vida de todos os habitantes do município, o que poderá ou não ser verificado quando de seu funcionamento regular.

Por sua vez, as enchentes representam claras rupturas em uma paisagem que vem sendo modelada desde seus primeiros habitantes, os colonos alemães, até os moradores atuais, que embora desempenhem atividades econômicas tipicamente urbanas, preservam São Pedro de Alcântara como um lugar tranquilo, bucólico, que lembra em muito o antigo meio rural (Fotos 2 e 3).





**Fotos 2 e 3** – Na paisagem eminentemente rural do município observa-se o velho casarão dos Kretzer, hoje em ruínas.

### Referências bibliográficas

- AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)**, tradução Teodoro Cabral, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, 356p.
- BRASIL, Poder Judiciário - Ação Civil Pública n. 97.00.03729-0, 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Santa Catarina, Circunscrição de Florianópolis, 1997.
- CARDOSO, M. Z. **Gaspar, Século XIX: as dificuldades para seu povoamento inicial e a desmistificação de uma dependência**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 1991, 246p.
- CLASEN, A .P. In: **São Pedro de Alcântara: a primeira colônia alemã de Santa Catarina**, Florianópolis, Ed. Do autor, 1995,p.108-116.
- CLAVAL, P. **Geografia Cultural**, Florianópolis, Ed. UFSC, 1999, 453p.
- COSTA, R. C. R.da; BUSS, M. D. & ROSA, R.O. **Geomorfologia Folha SG 22/21/23- Curitiba/Asunião/Iguape**. Brasil, Projeto RADAM BRASIL, 1983, 220p, inédito.
- FERREIRA, R. C. da S. **Bacia do Rio Maruim: transformações e impactos ambientais**. Dissertação de Mestrado, Programa de pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 1994, 153p.
- JOCHEN, T.V. **Pouso dos Imigrantes**, Florianópolis, Ed. Papalivro, 1992.276p.
- KLUG, J. **Consciência germânica e luteranismo na comunidade alemã de Florianópolis**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 1991, 194p.
- KLUG, J. As razões da imigração. In: Jochen, T. V. (org.) **São Pedro de Alcântara 1829-1999: aspectos de sua história**, Ed. São Pedro de Alcântara: coordenação dos festejos, 1999, p.29-36.

- MONTEIRO, M. A. & FURTADO, S. M. A. **O clima do trecho Florianópolis- Porto Alegre: uma abordagem dinâmica.** GEOSUL:19/20, p. 117-133, 1995.
- PHILIPPI, A. J. **São Pedro de Alcântara: a primeira colônia alemã de Santa Catarina**, Florianópolis, Ed. Do autor, 1995, 367p.
- PIAZZA, W. A Colônia de São Pedro de Alcântara no Contexto da Colonização Alemã em Santa Catarina In: Jochen, T. V. (org.) **São Pedro de Alcântara 1829-1999: aspectos de sua história**, Ed. São Pedro de Alcântara: coordenação dos festejos, 1999, p.103-119.
- SANTA CATARINA/Gabinete de Planejamento e Coordenação geral. Sub-chefia de Estatística, Geografia e Informática- **Atlas de Santa Catarina**, Rio de Janeiro , 1986, 173p.
- STÄHELIN, R. Termo de Depoimento à Procuradoria da República em Santa Catarina - Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (MPF). In: BRASIL, **Poder Judiciário - Ação Civil Pública n. 97.04.34218-7**, 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Santa Catarina, Circunscrição de Florianópolis, fol. 314-331.
- SCHIMIT, E. D. De volta a São Pedro de Alcântara. In: Jochen, T. V. (org.) **São Pedro de Alcântara 1829-1999: aspectos de sua história**, Ed. São Pedro de Alcântara: coordenação dos festejos, 1999, p.177-192.
- WERNER, A. C. O mistério da Pedra das Letras. In: Jochen, T. V. (org.) **São Pedro de Alcântara 1829-1999: aspectos de sua história**, Ed. São Pedro de Alcântara: coordenação dos festejos, 1999, p. 87-102.
- ZABOT, C. **A enchente no Município de São Pedro de Alcântara: uma análise do episódio pluvial intenso do dia 11 de dezembro de 1998.** Trabalho de conclusão de Curso, Departamento de Geociências, UFSC, 1999, 79p.

